

O PAPEL DOS JESUÍTAS NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL¹

Pamela de Oliveira²

Ricardo Neumann³

RESUMO

Este artigo destina-se a apresentar uma pesquisa acerca do papel que os jesuítas desenvolveram no Brasil colônia, tendo em vista todas as contribuições que esses religiosos realizaram em nosso país, bem como todas as consequências causadas ao Brasil em decorrência de suas atuações. Seu objetivo é entender o papel dos jesuítas na colonização do Brasil, além de identificar qual era o cenário europeu na época das grandes navegações, tanto quanto, analisar como este cenário influenciou o projeto da Companhia de Jesus no Brasil e demonstrar como desenvolveu-se a ação dos jesuítas em nosso país. Este tema é de extrema relevância quando pensamos que os jesuítas se fazem personagens muito importantes na história nacional brasileira, como também, a respeito da história da educação e da Igreja Católica no Brasil. Para desenvolver o estudo do tema, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa, por meio da análise de livros e artigos.

Palavras-chave: Jesuítas. Companhia de Jesus. Povos nativos. Indígenas.

INTRODUÇÃO

Os jesuítas e a Igreja Católica têm papel essencial na colonização do Brasil, estando presentes desde o início da colonização, atuando na catequização dos povos nativos, bem como auxiliando na comunicação entre indígenas e colonos. Esses religiosos são considerados os primeiros professores do Brasil, sendo responsáveis por inúmeras contribuições para a formação de nosso país, no âmbito cultural, educacional e até mesmo econômico.

Porém, vale lembrar que é necessário analisarmos todas as perspectivas a respeito da atuação dos jesuítas no Brasil. Pois ao analisarmos sua relação com os povos nativos, é possível perceber, que apesar de serem religiosos e de acordo com

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Licenciatura em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Banca examinadora composta por: Rosa Beatriz Madruga Pinheiro, Doutora em História, Coordenadora do Curso de História da Unisul Virtual; Silvana Silva Souza, Museóloga no Museu Ferroviário de Tubarão.

² Acadêmica do curso de Licenciatura em História da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL e autora do presente trabalho.

³ Professor Titular na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL nos Cursos de Bacharelado em História; Licenciatura em História; Relações Internacionais. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

suas ideologias, ao pensarem que estariam fazendo algo nobre catequizando os povos nativos, podem de certa forma, ter contribuído para a destruição do modo de vida tradicional dos indígenas. Essa relação dos povos colonizadores com os povos nativos, resultou assim na devastação de sua cultura, suas crenças, com a imposição de doutrinas.

Deste modo, este artigo tem como objetivo entender qual o papel dos jesuítas na colonização do Brasil, buscando identificar qual era o cenário europeu na época das grandes navegações e analisar como este cenário influenciou o projeto da Companhia de Jesus no Brasil. Assim, demonstraremos como se desenvolveu a ação desses religiosos no Brasil colônia.

Entendendo que os jesuítas tiveram extrema importância na colonização do Brasil, bem como nas relações entre indígenas e colonos, buscaremos entender qual o papel dos jesuítas na colonização do Brasil, e como ocorreu as atividades desenvolvidas por eles.

Para desenvolver este artigo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica exploratória e qualitativa, os instrumentos de coleta de dados utilizados, foram livros e artigos. Os procedimentos utilizados, foram a leitura e análise dos livros e artigos selecionados, relacionados a cada seção deste artigo.

O presente artigo está dividido em três seções: A primeira denominada: “Cenário europeu na época das grandes navegações”, que tem como objetivo fazer um panorama de como estava a Europa na época das grandes navegações, explanando sobre todas as agitações que estavam acontecendo neste período. A segunda, intitulada: “A Companhia de Jesus”, que tem como objetivo descrever a trajetória da Companhia de Jesus, desde sua criação, até a chegada no Brasil. E a terceira e última, denominada: “A atuação dos jesuítas no Brasil colônia”, onde traz toda a trajetória dos jesuítas no Brasil, sua chegada, a catequização dos nativos bem como sua atuação nos colégios jesuítos.

Cenário europeu na época das grandes navegações

Para falar sobre as atividades desenvolvidas pelos jesuítas no Brasil e sobre o contexto da expansão marítima que ocasionou a vinda desses religiosos para a América é necessário entender o cenário em que se encontrava a Europa na época das grandes navegações, bem como, o papel em que a Igreja Católica desempenhava

na sociedade neste período. Período este que é marcado por diversas transformações, tanto políticas, como econômicas e no âmbito social. Ele foi marcado por rupturas, transições, surgimento de uma nova classe, dentre outras inúmeras mudanças que marcaram o cenário europeu da época. Ocasionalmente esse conjunto de mudanças, irão resultar no projeto da Companhia de Jesus e a vinda dos jesuítas para o Brasil.

Dentre essas transformações, temos o surgimento do Renascimento, esse movimento engloba este período de modificações no cenário europeu. O Renascimento se baseou nos ideais humanistas, colocando o homem como o ser mais importante do universo.

Neste sentido, destaca MONTEIRO (2002, p. 192):

A Renascença foi uma época de intensa produtividade nos diversos aspectos da vida cultural, desenvolvida por artistas, filósofos e homens de ciência, que resultou em uma revolução das comunicações, evoluídas pelo aparecimento da imprensa em meados do século XV. Antes deste fato, a troca de experiências culturais através de livros, copiados a mão e de custo elevado, era extremamente difícil.

O Renascimento é fruto e o conjunto de vários acontecimentos, como afirma Monteiro, "Os principais fatores que geraram o Renascimento tiveram como fundamento o desenvolvimento do comércio, das cidades e da classe burguesa, cada vez mais evoluído a partir das Cruzadas." (2002, p. 192-193).

Com o Renascimento, vamos ao encontro a outro grande marco desse período, surgindo uma nova classe social, a chamada classe burguesa. Os burgueses surgem com as cidades e os chamados burgos, tornando-se assim, uma nova classe de comerciantes.

Os burgueses foram fundamentais para que essas transformações do contexto do Renascimento acontecessem, como destaca Zotti, a burguesia "promove o processo econômico capitalista, assim como define uma nova concepção de mundo – laica e racionalista – e novas relações de poder que se opõe à concepção do poder absoluto." (2009, p. 3).

Para Monteiro (2002), o Renascimento deu início ao surgimento da cultura leiga e burguesa, caracterizando a Idade Moderna. Essa cultura se importava com o mundo e com o homem, confrontando a ideia de cultura que era voltada apenas para o domínio sagrado. "O caráter burguês da cultura Renascentista foi resultante do processo de ascensão econômica política da classe burguesa, capaz de refletir seus interesses, com uma nova visão de mundo." (MONTEIRO, 2002, p. 191-192).

Todos esses acontecimentos citados vêm de encontro a duas grandes rupturas, o declínio do feudalismo e ascensão do capitalismo, que juntamente caracterizam a transição da Idade Média para Idade Moderna. Zotti (2009) destaca que a Idade Moderna começa a constituir-se no século XVI, apresentando características como a afirmação da burguesia, o domínio da natureza, a secularização, a economia do mercado capitalista, o individualismo e o Estado moderno.

Deste modo, salienta ZOTTI (2009, p. 2, apud CAMBI, 1999):

Esse século foi marcado pelo confronto entre o velho e o novo, por profundas contradições no campo social, político, religioso e cultural: instala-se o confronto entre a sociedade da Idade Média e a emergência da sociedade capitalista. Aquela é dominada pelos senhores feudais (e, após, pelos monarcas) e pelo papa, organizada por grandes organismos coletivos – a Igreja e o Império –, que negavam as liberdades individuais, impedindo qualquer mudança e intercâmbio social. Uma sociedade de ordens, estática e autoritária, governada pelo Imperador e pelo Papa, que representavam a autoridade em todos os âmbitos – político, religioso e cultural.

Esse padrão de sociedade que entra em declínio no fim do século XV, inicia uma revolução em diversos âmbitos da sociedade. Dentre eles, podemos citar os âmbitos: político, cultural, geográfico, social, econômico, educacional e ideológico, dando origem as bases da sociedade capitalista.

Na esfera política, o surgimento dos Estados Nacionais provoca transformações na sociedade. Os monarcas passam a exercer um controle maior sobre toda a sociedade, tendo em vista que após o declínio do feudalismo, o poder passa a estar mais centralizado na mão do rei.

No campo econômico a revolução é clara quando o modelo econômico feudal da época sofre um rompimento, um novo passa a surgir. A economia passa a visar um crescimento, apoiado no sistema de troca e intercâmbio de mercadorias.

Pensando no âmbito geográfico, a revolução ocorre quando pensamos nas descobertas marítimas, que permitem o surgimento de diversas colônias europeias em outros continentes. As descobertas marítimas possibilitaram também novas rotas comerciais e a expansão e imposição da Igreja Católica em lugares onde ela ainda não havia chegado.

No campo social, como já dito, o surgimento da classe burguesa foi crucial para o nascimento do novo modelo de sociedade que estava a emergir. Quanto ao âmbito cultural e ideológico, a laicização liberta o homem da visão unilateral da religião.

Neste sentido, o âmbito educacional também passa a sofrer alterações: A educação passa a desenvolver-se de forma laica e racional, as escolas passam a centralizar a atenção no indivíduo, voltando sua formação para que atue ativamente na nova sociedade que emergia.

No âmbito religioso, entra em cena um movimento de extrema importância, a Reforma Protestante, que irá defender os princípios que acompanham o capitalismo. A Reforma Protestante, teve como precursor Martinho Lutero, que apesar de ser um monge católico, não estava de acordo com algumas práticas que a Igreja Católica vinha exercendo.

Dentre suas insatisfações podemos citar os altos impostos cobrados e a grande soberania que a Igreja mantinha nos meios políticos. Diante disso, Lutero deu início ao que seria o Protestantismo, este que posteriormente tornou-se uma vertente religiosa.

E é claro que a Reforma Protestante e o Protestantismo causariam grande revolta na Igreja Católica, tendo em vista, que este movimento, confronta diversas ideologias da Igreja. Deste modo, a Igreja Católica excomunga Martinho Lutero e passa a persegui-lo.

Como resultado desta revolta, surge o movimento da Contrarreforma, como medida para barrar o movimento contrário que surgia. Através da Contrarreforma, muitos conflitos entre os católicos e os membros da reforma aconteceram, bem como muitas medidas foram tomadas.

E é neste sentido da Reforma Protestante e da Contrarreforma, que a Companhia de Jesus, ordem religiosa que tinha como integrantes os jesuítas, irá surgir, como uma das estratégias da Igreja Católica para barrar o crescimento das ideias dos reformadores.

A Companhia de Jesus

A Companhia de Jesus, insere-se neste contexto da Reforma Protestante, porém é necessário entendermos de forma mais aprofundada quais eram as reivindicações e objetivos desse movimento. É importante ressaltar que além de seus próprios ideais, os reformadores estavam também a serviço do capitalismo que surgia.

Os membros do movimento buscavam acabar com o poder do clero e criticavam os altos custos de vida da Igreja, reivindicando uma igreja que gastasse

menos. Porém, não sugeriam mudanças às condições de vida dos plebeus e camponeses.

Dentre as reivindicações dos reformadores, muitas estavam presentes no âmbito educacional. Eles apoiavam a instrução elementar e defendiam que todo cristão deveria ler pessoalmente a bíblia, o que entra em oposição aos ideais católicos, onde o padre era quem interpretava os textos sagrados e a Igreja era responsável por fazer a ponte entre o homem e Deus.

Os reformadores incentivavam a disseminação de escolas públicas, tendo no mínimo o grau elementar, sendo mantidas pelos municípios, com o intuito de, fazendo a instrução ser de caráter obrigatório e sem custos, proporcionar a salvação por meio da leitura da Bíblia. Sendo assim “a instrução é apontada como um aspecto fundamental para a consolidação das novas bases que configuram a nascente sociedade capitalista.” (ZOTTI, 2009, p. 4).

No contexto da Reforma Protestante e da Contrarreforma, insere-se o Concílio de Trento, que devido aos acontecimentos da época, também ficou conhecido como o Concílio da Contrarreforma. O Concílio de Trento foi o 19º concílio ecumênico e aconteceu entre 1545 e 1563. Seu objetivo foi garantir a disciplina eclesiástica e a unidade da fé.

Como salienta ZOTTI (2009, p. 5, apud MANACORDA, 1992), o Concílio,

emitiu numerosos decretos disciplinares e especificou claramente as doutrinas católicas quanto à salvação, os sacramentos e o cânone bíblico, em oposição ao protestantismo. Além disso, foram criados seminários como centros de formação sacerdotal, instituído o índice de livros proibidos (*Index librorum prohibitorum*) e reorganizada a Inquisição.

Ainda como medidas do Concílio contra a Reforma Protestante, foi proposto às autoridades eclesiásticas que melhorassem as escolas de catedrais e mosteiros, a criação de novas escolas e que fossem criadas para clérigos e para estudantes pobres as cadeiras de gramática que eram os ensinos secundários. A catequese também foi intensificada, com o intuito de conter o protestantismo. Essas medidas de modo geral, eram criadas com o propósito de induzir os jovens à obediência e a submissão.

Neste sentido ZOTTI (2009, p. 8) destaca que:

as diretrizes propostas de uma religião catequizadora e missionária, com o objetivo de trazer novos fiéis para a Igreja Católica, eram coerentes com os interesses das monarquias ibéricas, pois era o Estado, na verdade, que comandava o aparelho eclesiástico.

Tendo em vista que o Estado era quem comandava o poder eclesiástico, que era de seu interesse os planos de uma religião missionária e que muitas vezes a educação era usada como forma de dominação, cria-se assim espaço para a consolidação da Companhia de Jesus.

Essa ordem religiosa foi criada em 1534, tendo como fundador Inácio de Loyola. Loyola era de uma família nobre da Espanha e após se tornar órfão aos 16 anos, passou a estudar inicialmente para atuar na cavalaria, participando da guerra entre França e Espanha (1521 – 1526). Após um grande ferimento na perna, Loyola em sua recuperação teve contato com livros religiosos, episódio que mudou sua vida, o colocando no caminho religioso. Após essas leituras e esse contato com o divino, Loyola “decidiu se desprender das vaidades do mundo, largar as armas de milícia terrena e começar uma nova vida”. (CRUBELATI e COSTA, p.9659, 2011)

Durante este caminho religioso, Loyola fez peregrinações, estudou em colégios em Paris, onde reuniu-se com seus amigos Francisco Xavier, Pierre Favre, Simão Rodrigues de Azevedo, Alfonso Salméron, Diogo Laynez e Nicolau Bobadilha (entre estes, Inácio de Loyola e Francisco Xavier foram canonizados tornando-se os primeiros santos da Companhia de Jesus).

Juntos, Loyola e seus amigos fizeram os votos de Montmartre: o voto de pobreza, o voto de castidade e o voto de obediência ao papa. “Esse foi o primeiro passo informal para a formação da Companhia de Jesus, uma das mais importantes ordens religiosas da época moderna”. (ASSUNÇÃO, 2003, p. 5)

A primeira iniciativa da recém formada Companhia, foi a missão de na Terra Santa tentar converter os muçulmanos. Porém em decorrência de dificuldades políticas como a Reforma Protestante, a peregrinação não foi possível, e ficaram na Itália, ajudando em hospitais e realizando pregações. E assim, a Companhia de Jesus e seus membros foram se difundindo. “Os primeiros traços e delineamentos da Companhia tornavam-se claros ao passo que se exigia plena dedicação ao trabalho da salvação das almas em qualquer parte do mundo em que fosse delegado sem recusas ou resistências” (CRUBELATI e COSTA, p.9660, 2011)

Neste sentido, ASSUNÇÃO (2003, p. 6) salienta que:

A Companhia de Jesus surgiu, assim, com o objetivo de defender e propagar a fé católica pelo mundo, formando crianças e jovens e guiando pessoas por meio de pregações e obras de caridade. A intenção era atender às necessidades da Igreja no início do século XVI, que eram: a consolidação da Igreja Católica, reformando e renovando o catolicismo tradicional; a luta

contra o protestantismo e a confirmação da autoridade doutrinária e espiritual do clero.

A Companhia de Jesus surgiu como um dos instrumentos da Igreja Católica contra a Reforma Protestante, seu objetivo era conter o crescimento do protestantismo, utilizando como estratégias as ações missionárias nas colônias, com o intuito de converter os povos nativos. (SHIGUNOV NETO e MACIEL 2008).

Na Companhia de Jesus, é possível identificarmos alguns aspectos que a diferenciam de outras ordens religiosas, os jesuítas se estabeleciam nas cidades, atuando de forma direta sobre os fiéis, diferentemente de outros membros que se estabeleciam em comunidades fechadas, como os monges beneditinos por exemplo.

Outro ponto que distingue os jesuítas, é sua organização baseada no formato militar, onde se seguia uma hierarquia, os noviços obedeciam aos irmãos, seguido dos padres que obedeciam aos padres superiores. Os padres da Companhia, também criticavam a corrupção de padres de outras ordens, como padres que não cumpriam o voto de castidade ou padres que faziam venda de indulgências. (ASSUNÇÃO, 2003).

Em Portugal, a Companhia de Jesus progride com o apoio de Dom João III, aconselhado pelo diretor do Colégio de Santa Bárbara em Paris, Diogo de Gouveia. Diogo lhe recomendou que os jesuítas comparecessem nas terras portuguesas, visando a evangelização de suas colônias na América, África e Ásia; para eles os jesuítas sendo pessoas que possuíam instrução, utilizariam disso para educar e converter os povos nativos. Além desses pontos, havia uma preocupação sobre outros países como a França, de tomarem as posses de Portugal, por isso os jesuítas também atuavam cuidando das terras conquistadas.

Logo após, o embaixador de Portugal em Roma recrutou os jesuítas para Portugal. Os padres precisariam aprender a língua portuguesa para atuar nos colégios jesuíticos de Portugal. Dom João III apoiou a Companhia de Jesus desde a chegada em Portugal em 1549 dos primeiros padres Francisco Xavier, Paulo Camerte e Simão Rodrigues.

E assim o primeiro grupo de jesuítas chegou ao Brasil em 1549 acompanhados do governador-geral Tomé de Sousa, os primeiros padres que chegaram ao Brasil, foram Manuel de Nóbrega, Leonardo Nunes, Antônio Pires, os irmãos Diogo Jácome e Vicente Rodrigues e Juan de Azpilcueta Navarro; este foi o grupo que lançou as bases para a Companhia de Jesus no Brasil.

O objetivo da Companhia segundo ASSUNÇÃO (2003, p.11),

era a conversão dos "gentios", isto é, daqueles que professavam o paganismo, e de outros "infieis", que não tinham o catolicismo como fé. Para isso, era necessário que os missionários convivessem com os indígenas, a fim de catequizá-los, cuidar das suas doenças, ensinar novas técnicas artesanais e agrícolas. Assim, foram surgindo os aldeamentos e as missões. Quanto aos colonos, era necessário realizar o batismo das crianças, educar os jovens, celebrar matrimônios e atrair a todos para as missas, a fim de controlar sua religiosidade e sua moralidade.

E é com esse objetivo que se insere a vinda dos jesuítas para o Brasil, com o intuito de catequizar os povos nativos e cuidar da vida religiosa e educacional na colônia, veremos que foi uma trajetória repleta de muitos desafios, com contribuições positivas e negativas para a construção de nosso país.

A atuação dos jesuítas no Brasil colônia

Após sua chegada no Brasil, os integrantes da Companhia de Jesus se depararam com muitos desafios a enfrentar, a vida dos jesuítas que atuaram no Brasil colônia era muito diferente da vida dos jesuítas que viviam na Europa. Aqui, se depararam com um ambiente geográfico diferente, povos nativos com culturas diferentes, e um ambiente com poucos recursos.

As dificuldades que os jesuítas encontraram eram muitas, dentre elas uma natureza desconhecida, falta de recursos e um território muito vasto. Os missionários tinham que percorrer enormes distâncias, nadar em águas frias, cruzar perigosos rios, se deparar com diversos animais selvagens, além da dificuldade com a alimentação, quando a fome chegava, se alimentavam de frutas e palmito cozido, "as queixas mais comuns por parte dos missionários no que se referia à alimentação eram a falta de pão de trigo, de sal, de azeite, e ainda de vinho" (OSSWALD, p.137, 2010)

A quantidade de missionários era pouca, e as distâncias entre as vilas e os aldeamentos eram enormes, o que tornava o trabalho dos jesuítas ainda mais desgastante. Para melhorar esse cenário, aos poucos vinham chegando outros missionários ao Brasil: Uns vinham para orar, outros para administrar as propriedades jesuíticas, outros para cozinhar, e outros para pregar ou ensinar; o que nos remete a um ponto importante, os jesuítas no Brasil não tinham todos as mesmas funções, desempenhando funções diferentes na sociedade do Brasil colonial.

Além dessas funções, também existiam os padres pintores, eles eram responsáveis pela decoração dos altares e tetos das igrejas, retratando os santos e a

vida de Cristo. Esses jesuítas haviam vivido em outras partes do mundo, como África, China e Índia, trazendo para o Brasil, técnicas que decoraram as igrejas barrocas do nosso país.

Como sabemos, um dos grandes papéis dos jesuítas na colonização do Brasil, foi sua comunicação com os povos nativos. Os jesuítas se tornaram grandes estudiosos da linguística indígena. Para o trabalho dos padres ser efetivo, o estudo da língua tupi era de extrema importância, catecismos e orações foram traduzidos para auxiliar os padres na catequização dos nativos. Posteriormente com a chegada de grandes números de escravos africanos à colônia, o estudo dos jesuítas se estendeu para as línguas africanas.

Os jesuítas tiveram importante papel na cultura do Brasil colonial, como na construção de edificações religiosas e escolas. Auxiliados pelos indígenas foram responsáveis pela construção de igrejas, capelas e centros de catequese.

Como uma das estratégias utilizadas para a catequização dos povos nativos, os jesuítas criaram os aldeamentos, nestes locais os indígenas desenvolviam a lavoura e a criação de animais e aprendiam a ler e escrever.

Neste sentido, a respeito da criação dos aldeamentos, POMPA (2002, p. 90) afirma que era,

uma especificidade brasileira, onde índios de diferentes grupos étnicos seriam reunidos e mantidos sob a administração espiritual e temporal jesuítica, separados da população europeia. Os "descimentos", mediante os quais os inicianos convenciam os índios a deixar suas moradas e se reunir em aldeias mais próximas do litoral, tornaram-se uma prática costumeira na catequese.

Os aldeamentos eram organizados sempre distantes dos colonos, pois sempre que tinham a oportunidade, os colonos contra a vontade dos missionários, atacavam os nativos, com o intuito de utilizá-los como mão de obra.

Neste sentido ROSÁRIO e MELO (2015, p. 386) afirmam que:

Como o contato entre brancos e índios era nada amistoso, pois os colonizadores queriam apenas escravizar, tomar suas terras, suas mulheres ou matá-los, os jesuítas criam áreas distantes dos brancos para realizar a catequese.

A afirmação do autor já nos coloca no contexto dos confrontos entre colonos e jesuítas, confrontos esses que sempre acompanharam a trajetória dos missionários no Brasil, estes que sempre saíam em defesa dos povos nativos.

Nos aldeamentos, um dos instrumentos utilizados para atrair os indígenas para a catequese, era a música, muitas missas eram cantadas, bem como as orações.

Os curumins filhos dos indígenas, também tocavam instrumentos nas celebrações, como taquaras e maracás. (ASSUNÇÃO, 2003).

Alguns aldeamentos foram bases para o surgimento de algumas cidades no Brasil, como a cidade de São Paulo, que de vila de São Paulo, tornou-se a cidade de São Paulo. Inicialmente a vila de São Paulo era pobre e sem recursos, tendo um crescimento muito devagar.

Segundo Shigunov Neto e Maciel (2008) as aldeias tinham os objetivos político, econômico e doutrinário. Político quando usavam os indígenas convertidos para atacar outros indígenas que eles consideravam selvagens. Econômico quando constituíam o hábito do trabalho como um dos princípios da sociedade brasileira, e doutrinário, quando ensinavam aos nativos a prática e a religião cristã.

A atuação dos jesuítas nas missões do Brasil tinha uma expressiva diferença que é importante ressaltar. Os povos da Ásia, já possuíam uma tradição religiosa escrita, o que colocava os missionários em uma concorrência entre suas doutrinas e as que já haviam naquele local. Já no Brasil, como os povos nativos não possuíam uma tradição religiosa escrita, os missionários conseguiram impor suas doutrinas sem muita contestação.

Os jesuítas acabavam por enxergar os povos nativos como seres puros, seres perdidos sem religião, “O jesuíta via-se como um pastor (missionário) que tinha como objetivo trazer as ovelhas perdidas (os índios) para o rebanho da cristandade” (ASSUNÇÃO, 2003, p. 23). O que nos mostra que a cultura do nativo em nenhum momento era levada em consideração, apenas a imposição dos dogmas da Igreja Católica era relevante para os missionários.

Para falar sobre os povos nativos, é importante se pensar que o indígena não é um povo só, o território brasileiro era e ainda é, repleto de diversas culturas indígenas. Porém os colonos, muitas vezes classificavam os povos nativos entre os mais dóceis e os mais agressivos.

Como salienta FAUSTO (1996, p. 38):

Existe nesses relatos uma diferenciação entre índios com qualidades positivas e índios com qualidades negativas, de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto aos portugueses. Por exemplo, os aimorés, que se destacaram pela eficiência militar e pela rebeldia, foram sempre apresentados de forma desfavorável. De acordo com os mesmos relatos, em geral, os índios viviam em casas, mas os aimorés viviam como animais na floresta.

Já os Jesuítas separavam os indígenas entre os tupis-guaranis e os que também falavam sua língua e tinham mesmos costumes, e os tapuias que falavam outra língua e tinham costumes diferentes, sendo tidos como os inimigos.

Um fator que causava estranheza aos jesuítas era a prática comum entre os indígenas chamada de antropofagia, consistia em um ritual canibal onde “os índios acreditavam que, comendo a carne do inimigo, adquiriam sua força e sua coragem” (ASSUNÇÃO, 2003, p. 18). Os missionários imaginavam que os indígenas estavam imersos em uma cegueira, por isso praticavam tais atos, e para atingirem a salvação, precisariam de um tratamento especial, o batismo tiraria uma espécie de força maligna que havia nas terras indígenas.

Outra questão que os jesuítas estranhavam, era o fato de os indígenas serem seminômades, eles viviam em coletividades por um tempo, e quando os recursos daquele determinado lugar acabavam, iam em busca de outro. Em razão disto, os jesuítas buscavam sempre atrair os índios para os aldeamentos buscando forçar sua sedentarização.

Segundo Assunção (2003), além de deixarem os lugares devido aos recursos que acabavam, muitas vezes os indígenas tinham que fugir de suas terras, porque os colonos as invadiam. O padre Manuel da Nóbrega, que foi um grande defensor dos indígenas, comentou em carta, que os colonos expulsavam os povos nativos de forma tirana, tomando suas terras onde cultivavam seus alimentos.

Além das terras indígenas, as próprias missões feitas pelos jesuítas, despertavam grande interesse nos colonos. As missões aglomeravam grande número de indígenas, o que fazia esses eventos serem alvos, os colonos invadiam esses locais com o intuito de aprisionar os povos nativos.

A vida dos indígenas, teve um impacto enorme causado pelos colonizadores. Impacto que atingiu sua sociedade, sua cultura, além das doenças trazidas da Europa que junto a escravidão e outros fatores, causaram a destruição do modo de vida tradicional das comunidades indígenas.

A tentativa de civilizar os povos nativos também era uma estratégia de dominação, tentando reuni-los em lugares fixos, forçando uma sedentarização.

Como salienta ASSUNÇÃO (2003, p. 24):

A proposta catequética implicava assegurar sustento e trabalho aos indígenas, os quais deveriam dispor de terras próprias, reconhecidas por lei, para cultivar as suas lavouras. Esperava-se, assim, converter os índios por meio da aprendizagem e da execução de um trabalho regular e estável, integrando-os ao processo colonizador.

E para falar das atividades desenvolvidas pelos jesuítas no Brasil, é necessário darmos um lugar de destaque aos colégios jesuíticos. Quando chegaram ao Brasil, os jesuítas executavam suas atividades em pequenos cômodos, mas com o passar dos anos, melhores edifícios foram surgindo. O Colégio de Jesus, o primeiro colégio dos jesuítas em Salvador, foi inaugurado em 1590, ao seu lado ficava a igreja.

Pensando nos colégios jesuíticos e na atuação desses missionários no Brasil e a respeito da educação formal, podemos considerar os jesuítas os primeiros professores do Brasil, eles foram os primeiros a criarem as escolas e dar início à educação formal em nosso país.

O ensino da leitura e da escrita eram fundamentais para a realização da catequização dos povos nativos. Assim eles criaram as primeiras instituições de ensino, que foram denominadas de “escolas de ler e escrever, de contar e doutrinar”. Mais uma vez, é possível notarmos que a educação era usada como ferramenta de dominação dos povos nativos.

A criação das primeiras escolas tinha o intuito de ensinar os filhos dos colonos e os curumins (como eram chamados os filhos dos indígenas). Nelas eram ensinadas as primeiras letras, o catecismo, o teatro, as operações aritméticas, a dança e a música. Posteriormente, as primeiras letras também foram ensinadas aos escravos africanos.

Já os filhos de colonos tinham uma educação mais ampla, com o intuito de formar novos missionários, os preparando para estudar nas Universidades de Portugal, tendo em vista que no Brasil não havia universidades, a primeira universidade só surgiu depois da Independência.

O ensino jesuítico era bem rígido quanto ao comportamento dos estudantes. Quando não seguiam um bom comportamento sofriam punições, quando não corrigiam seus comportamentos, poderiam ser expulsos da escola. As punições eram definidas por idade, os maiores eram apenas repreendidos, primeiro em particular e depois em público, os médios levavam palmatórias e os menores eram punidos com açoites. O intuito dessas punições era impedir que os filhos dos indígenas permanecessem com os costumes dos pais. (ASSUNÇÃO, 2003).

Para organizar as atividades desenvolvidas pelos jesuítas nos colégios jesuíticos, na Europa foi criado um documento para definir regras de organização, de administração e pedagógicas, é o chamado *Ratio atque Institutio Studiorum*.

Neste sentido SHIGUNOV NETO e MACIEL (2008, p. 180) afirmam que:

Ratio Studiorum, foi o método de ensino, que estabelecia o currículo, a orientação e a administração do sistema educacional a ser seguido [...] O Ratio Studiorum não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas. Portanto, era um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas.

Assim observamos que o ensino jesuítico possuía regras e uma organização pré-definida, essa definição era denominada pela coroa, e seu intuito era manter um controle sobre a ação dos jesuítas na colônia.

Os cursos eram divididos em médio e superior. O médio era constituído pelos cursos de ciências, filosofia e letras, já o superior era composto pelos cursos de teologia e ciências sagradas, tinha o intuito de formar missionários e durava quatro anos.

Tendo em vista a educação jesuítica e os colégios jesuíticos, é necessário pensarmos em como acontecia o seu funcionamento em fatores econômicos. Os jesuítas com o passar dos anos, foram tornando-se verdadeiros senhores de engenho, eram donos de grandes extensões de terra, de gados, de engenhos de cana-de-açúcar e conseqüentemente de escravos africanos.

Os colégios viviam inicialmente de doações, feitas pelos reis e pelos fiéis. Porém posteriormente, essas doações favoreceram aos religiosos a criação dos engenhos, a criação de gados, dentre outras atividades que os inseriram no comércio e no contexto econômico.

Os religiosos tornaram-se grandes administradores dessas terras e toda a gerência era registrada. Todas as transações eram registradas, como quantidade de animais, quantidade de escravos, quantidade de açúcar produzido e o lucro obtido, anotavam sobre a produção de arroz, especiarias, pães de açúcar, fumo dentre outros produtos, tudo era registrado.

Todas essas prestações e as atividades econômicas desenvolvidas nos colégios, eram supervisionadas pelo padre superior, todos os assuntos importantes tinham que passar por ele.

Neste contexto, ASSUNÇÃO (2003, p. 30) salienta que:

Os padres superiores elaboravam regulamentos para as propriedades, visando a uma administração. Os objetivos eram: não cair em débitos; assegurar-se de que os títulos de propriedade e os direitos de posse estavam em acordo com as normas legais; visitar frequentemente as propriedades; controlar o livro de débitos e créditos; não comprar propriedades sem autorização; impedir que os padres ou irmãos

dispusessem dos bens das propriedades, vendendo ou comprando, sem autorização do padre superior; evitar a presença de mulheres nas residências; etc.

Todos esses conjuntos de regras e essa rígida fiscalização, demonstram que os padres jesuítas que atuavam no Brasil colônia, estavam sempre sendo supervisionados. Destaca também a forte hierarquia que estava presente na organização jesuítica, tendo em vista que havia sempre a obediência ao padre superior.

E pensando nos jesuítas como senhores de engenho donos de grandes extensões de terras, é preciso entender de onde vinha a mão de obra. E como muito já se sabe, no Brasil colonial, a mão de obra utilizada após os jesuítas contestarem a escravização dos povos indígenas e conseguirem com que ela fosse extinguida, entra em questão a mão de obra dos escravos africanos que era utilizada pelos colonos e também pelos padres jesuítas.

Os padres jesuítas administravam suas terras acompanhando o processo econômico da colônia, por isso a mão de obra dos escravos africanos fazia parte desse processo. No período de safra, os escravos trabalham diversas horas por dia, trabalhando em diversos setores da propriedade, como na lavoura, nos carros de boi, na manutenção da propriedade, nos carregamentos e também em serviços domésticos.

Mesmo alguns poucos padres exigindo que houvesse um tratamento mais humano com os africanos escravizados, onde se pedia uma alimentação suficiente, pedia que fossem bem agasalhados, que tratassem de suas doenças e que não fossem muito áduos os ritmos de trabalho. Porém isso não acontecia, os padres puniam os escravos com açoites e prisões.

Aqui é possível observar que mesmo os jesuítas tendo sido muitas vezes considerados como protetores dos povos nativos, para com os escravos africanos não existia essa proteção, aceitando sua escravização e inclusive a praticando. “Poucos jesuítas lutaram para mostrar as injustiças praticadas contra o negro e o horror da escravidão colonial.” (ASSUNÇÃO, 2003, p. 32). Nesta afirmação, é possível analisarmos, que não havia por parte dos jesuítas uma preocupação com a escravização dos povos africanos.

Tendo em vista todas as atividades desenvolvidas pelos jesuítas na colônia, todo o lado econômico que os religiosos desenvolveram durante sua

passagem pelo Brasil, intensificaram-se os conflitos com os colonos. Juntamente com esses conflitos, sua oposição a assinatura do Tratado de Madri, contribuíram para que em 1759 os integrantes da Companhia de Jesus fossem expulsos do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude de todos os fatos analisados, percebemos que para estudar e compreender o surgimento de nosso país, assim como a história da educação no Brasil e o processo colonial, é imprescindível a análise da atuação dos jesuítas. Eles atuaram lado a lado ao Estado, mantendo a ordem da colônia, preservando os costumes católicos, e auxiliando diretamente no projeto colonial.

Deste modo, tendo em vista todos os aspectos observados durante a trajetória dos jesuítas no Brasil, é possível analisarmos que existem duas perspectivas a respeito da atuação desses religiosos: A contribuição dos missionários ao Brasil foi tanto positiva quanto negativa.

Como contribuições positivas podemos destacar sua grande contribuição para a educação em nosso país. Os jesuítas foram os primeiros educadores do ensino formal em nosso país, dando início para todo processo educacional na colônia que surgiria depois. Foram responsáveis pela construção de diversos colégios, diversas igrejas, dentre outras edificações, que contribuíram também culturalmente para nosso país.

Porém em contrapartida, o projeto da Companhia de Jesus visando a catequização dos povos nativos, não levou em nenhum momento em consideração a cultura indígena ali já existente. Por mais que de certa forma os dogmas da religião católica fizessem parecer aos jesuítas que aquilo era o certo, a conversão dos indígenas trouxe inúmeras consequências para o modo de vida desses povos nativos.

Levando-se em consideração essas perspectivas é necessário compreendermos que os jesuítas foram fundamentais para a formação de nosso país e suas contribuições são notáveis em diversos segmentos. Apesar de tudo, o ato desses missionários de se apropriarem da cultura de nossos povos nativos, não deve nunca ser esquecido. E faz-se necessário, manter sempre esses dois aspectos em questão, quando discutidas as ações dos jesuítas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Os Jesuítas no Brasil Colonial**. 1. ed. São Paulo, Atual, 2003.

CRUBELATI, Ariele Mazoti; COSTA, Célio Juvenal. **Século XXI em Portugal: A Companhia de Jesus um Olhar À Inácio de Loyola**. Curitiba, p. 9655-9666, 2011.

FAUSTO, Boris; FAUSTO Sérgio. **História do Brasil**. v. 1 ed. 14. São Paulo: Edusp, 2012.

MONTEIRO, Ney Marino. **A Grandes Navegações e o Descobrimento do Brasil**. Revista da Escola Superior de Guerra, nº 40, p. 188-209, 2001.

OSSWALD, Cristina. **Jesuítas no Brasil - séc. XVI**. p. 135-146, 2010.

POMPA, Cristina. **O Lugar da Utopia: Os Jesuítas e a Catequese Indígena**. São Paulo, 2002.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento de. **A Educação Jesuítica no Brasil Colônia**. Revista HISTEBBR On-line, Campinas, nº61, p. 379-389, 2015.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O Ensino Jesuítico no Período Colonial Brasileiro: algumas discussões**. Educ. rev., Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 novembro de 2020.

ZOTTI, Solange Aparecida. **A Educação Jesuítica no Projeto Colonial de Portugal no Brasil**. IFC. Rio do Sul. 2009.